
FAMÍLIAS NEGRAS NA PARAHYBA DO SÉCULO XIX: batismo e compadrio na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1855-1857)

Matheus Silveira Guimarães¹

Os estudos sobre família têm ocupado grandes e importantes espaços na historiografia brasileira recente. Esses novos estudos acerca da temática (auxiliado pela demografia histórica²) permitem que nós lancemos novos olhares sobre a população escravizada, percebendo-a como agente histórico capaz de formar famílias estáveis e construir laços de solidariedade. Isso porque a nossa historiografia, por muito tempo, não conseguia ver a população escravizada como sujeita de si mesmo, não passando de objeto, “coisa” e, conseqüentemente, incapaz de construir relações sociais básicas como uma família estável.

Todas as discussões sobre as relações familiares acabam tendo como ponto de partida a idéia de família patriarcal organizadora da vida social brasileira, sistematizada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e senzala*. Tal modelo de família acaba excluindo os demais e apresentando-se como o único possível, assim como o modelo da família nuclear. Fugindo dessa lógica, as relações que viessem a ocorrer seriam promíscuas, como as relações das senzalas. Os novos estudos têm apresentado como objetivo principal relativizar essas concepções “fechadas” acerca da família. Sendo uma construção cultural, a família apresenta-se de diferentes formas. Assim, ela pode e deve ser pensada por outros ângulos.

Pretendemos tratar um pouco das várias noções que a historiografia consegue perceber ao estudar a população negra escravizada e como essas formas de organização familiar se expressaram na Parahyba do século XIX. Para tornar possível nosso objetivo, iremos expor o debate feito pela nossa historiografia acerca da família e como faz-se necessário pensar em outros aspectos dessa instituição social. Descreveremos o cenário da cidade da Parahyba oitocentista, permitindo-nos lançar luz sobre o ambiente vivido pela população pesquisada. A última parte do nosso trabalho será dedicada para apresentar os resultados parciais da pesquisa realizada (1855-1857), buscando mostrar as várias formas de família e redes de solidariedade que encontramos.

¹ Graduando em história pela Universidade Federal da Paraíba. Vinculado ao projeto de pesquisa “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares”

² Ver relação entre estudos sobre família e demografia histórica em FARIA, Sheila, 1997.

Debate sobre família

“Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. Este é o subtítulo de uma das obras mais marcantes da historiografia brasileira, *Casa-Grande e Senzala*, escrita por Gilberto Freyre na década de 1930. A partir deste subtítulo conseguimos identificar as preocupações centrais do autor: compreender a formação do Brasil pela construção familiar patriarcal, atingindo seu objetivo pela utilização de um viés mais voltado para as discussões culturais – abordagem bastante inovadora para a época.

O que seria, afinal, este modelo patriarcal de família que participou diretamente da construção da sociedade brasileira segundo Freyre? “Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas” (FREYRE, 2008 p. 85). Em linhas gerais, seria

um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, a casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, os escravos e do mando político (TERUYA, 2000, p.3).

Essa estrutura patriarcal, ruralizada, sem dúvida, foi de fundamental importância para a formação de nossa sociedade como defende o sociólogo pernambucano. Todavia, a grande questão – que se torna o principal alvo de críticas ao modelo patriarcal – está no fato da exclusão de outros tipos de formação familiar. O que ocorreu foi

Uma homogeneização histórica para todo o país, ignorando toda e quaisquer diferenças regionais e temporais, e encaixou-se nossa história nos limites estreitos do engenho de açúcar ou da fazenda de café (lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira) (TERUYA, 2000, p.7).

O modelo de família patriarcal deu bases para se pensar a família nuclear, mais voltada para o cenário urbano, formada pelo núcleo pai-mãe-filhos/as (TERUYA, 2000, p. 10). A formação familiar neste núcleo foi vista como a única possível. Ora, e aquelas pessoas que, por diversos motivos, não conseguiam estabelecer esta estrutura familiar estariam excluídas de se pensar uma família? Que tipo de relação social estas pessoas estabeleciam, então? Não era uma família?

A opção por utilizar apenas o modelo patriarcal/nuclear como a única possível para se pensar a família acabou tornando algumas interpretações de nossa historiografia um pouco equivocadas. Vamos pensar o caso da população negra escravizada, elas eram capazes de formar famílias estáveis, partindo de uma perspectiva nuclear? Para muitos autores a resposta a tal pergunta seria negativa. Não que eles negassem por completo a possibilidade de existência de família entre os/as escravos/as. Porém, dificilmente essa instituição poderia se formar e ainda mais raro seria a sua estabilidade.

Uma perspectiva bastante interessante e que merece ser lembrada ao se discutir as populações negras diz respeito às discussões feitas pela Escola Sociológica Paulista, um grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo (USP) que fez uma série de pesquisas sobre o racismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Para isso, os autores dessa escola lançaram olhares para o século XIX e o regime de escravidão em nosso país, influenciando uma significativa parcela dos/as historiadores do período.

Em linhas gerais, para a Escola Sociológica Paulista a população escrava não teria condições de formar unidades sociais básicas. O escravo, nesta perspectiva, assumia a caracterização de “coisa”. Além dessa coisificação escrava que impedia o cativo de estabelecer vínculos sociais como a família, havia outros fatores que agravavam a situação: maior quantidade de homens em relação às mulheres; exposição ao comércio, que desarticulava as poucas possibilidades existentes; o desinteresse dos senhores nesse sentido seria um dificultador das relações estáveis entre escravos/as (MOTTA, 1988, p. 113-115)³.

Diante desses impedimentos ocorreu que

Durante o período da escravidão, o negro viveu em estado de dependência social tão extrema que não chegou a participar, autonomamente, das formas de vida social organizadas mínimas, como a família e outros grupos primários, de que se beneficiavam os brancos (FERNANDES, 2007, p. 56),

a vida sexual dos escravos não encontrava uma expressão normal e reguladora no matrimônio. Para que reinou, durante muito tempo, um regime de *pater incertus, mater certa* [sic] no interior das senzalas” (BASTIDE, FLORESTAN, 1959, p. 96).

³ Suelly Robles de Queirós enumera também outros fatores como baixa taxa de fecundidade, repúdio ao cativo e falta de privacidade (QUEIRÓS, 1998, p.111).

Nesse sentido, não só os escravos não teriam condições de formar famílias, como também teriam suas relações marcadas pela promiscuidade.

A idéia de relações promíscuas entre os escravos foi confirmada pela historiadora Emília Viotti da Costa quando ela defende que

Ao mesmo tempo em que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. O intercâmbio sexual entre senhor e escrava deu margem a que se fixassem preferências por certo vícios e anomalia sexuais (masoquismo – sadismo), estimuladas pela situação que a escravidão criara. De um lado, havia a família branca, aparentemente monógama; de outro, a promiscuidade das senzalas a incitar e favorecer a poligamia do senhor (COSTA, 1998, p.16).

O que fica evidente nessas citações é a perspectiva de análise da família partindo apenas do pressuposto da família nuclear. Para Robert Slenes, essa leitura é reflexa de interpretações preconceituosas feitas por viajantes, percebendo os “lares negros” a partir de “olhares brancos” e que serviram como fonte principal dos estudos anteriores (SLENES, 1988).

A década de 1980 vai marcar, no Brasil, uma reviravolta nesse olhar sobre a família. A historiografia estadunidense já vinha desenvolvendo importantes estudos sobre a escravidão no sul dos Estados Unidos identificando as relações de família possível, em busca de um modelo que fosse além da lógica nuclear-ocidental. Aliado à influência dos novos estudos nos EUA, dois outros fatores foram cruciais para uma revisão historiográfica sobre a família: os estudos demográficos e a aproximação da antropologia cultural aos estudos históricos. Este permitiu que os/as historiadores conseguissem perceber as mais variadas formas de família que poderia ser constituídas, relativizando o modelo patriarcal/nuclear. Os estudos demográficos, por sua vez, começaram a apresentar resultados que divergiam da tese anterior de dificuldade da formação de famílias escravas estáveis⁴.

A partir desses novos estudos, a historiografia brasileira começou a atentar, por exemplo, para as formações familiares estabelecidas na África e que eram repensadas no Brasil. Assim, além da família nuclear, podemos pensar em

família ampliada, [sic] que incorpora os filhos com famílias próprias e outros parentes consangüíneos – avós, tios, etc... – e família estendida [sic], que inclui, no grupo familiar considerado, pessoa sem vínculo de sangue (RIOS, 1990, p. 7-8).

⁴ Um pouco sobre o novo debate e novos resultados empíricos ver SLENES; FARIA, 1998.

A idéia de “família estendida” apresentada por Ana Lugão Rios é interpretada por Isabel Reis como “família extensa” e nela caberiam as “relações de compadrio, das ‘famílias de santo’, das irmandades religiosas, dos grupos étnicos (nações), dos ‘parentescos’ forjados na trilha do tráfico, a exemplo do malungo” (REIS, 2001, p.31-32).

Com a idéia de compadrio também fazendo parte de um vínculo social que pode ser visto como familiar, como um parentesco simbólico, nos é aberta a possibilidade de, através dos registros de batismo, perceber um pouco das redes sociais que se construíam à época e as estratégias estabelecidas pela população negra, isso porque

O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é vínculo não do corpo ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de ‘substância espiritual’ (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p.41)

Ou seja,

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentescos já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais com indivíduos socialmente desiguais. Podiam-se estabelecer relações de compadrio de diversas maneiras: por intermédio de casamentos, crismas, ou mesmo em certas festividades [...](SCHWARTZ, 2001, p. 266).

Outro aspecto interessante que deve ser levado em consideração se encontra no fato de que, mesmo a população escravizada possuir suas próprias concepções acerca da família, muitas vezes não faltava a vontade de se inserir socialmente assumindo os valores da família nuclear e tentando formá-las. Ou seja, mesmo o conceito “tradicional” sobre família ser relativizado, devemos admitir também o interesse dos/as escravizados/as em formar famílias “legítimas”.

Entretanto, tal interesse esbarrava, muitas vezes, em limitações, inclusive, materiais. O casamento legítimo tinha alguns custos que impediam à parte da população escravizada casar “legalmente”. Isso implica dizer que, mesmo não sendo reconhecidas pela igreja, muitas relações poderiam ser estabelecidas apenas pelo consenso. Vale dizer que

Um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos. Podemos admitir o impacto e o significado do casamento e batismo podem ter sido consideravelmente diferentes para africanos e portugueses e seus respectivos descendentes (SCHWARTZ, 1988, p. 310).

Todos esses novos estudos sobre a família escrava, deve-se salientar, tem-se concentrado nas regiões de grandes lavouras, com consideráveis populações escravizadas. Dessa forma, Sheila Faria alerta que

em relação a áreas que não eram significativas em termos econômicos, o silêncio historiográfico é ainda maior, para qualquer parte do Brasil. Desconhecemos, portanto, a organização familiar de locais parcialmente tocados pelo tráfico africano e cuja produção se destinava ao mercado interno (SLENES; FARIA, 1998, p. 6).

Dessa maneira, a cidade da Parahyba surge como uma importante área a ser trabalhada, mesmo não se inserindo entre os grandes pólos de produção do Brasil. Por ser, como veremos, uma cidade não tão desenvolvida economicamente como algumas de suas vizinhas, não possuindo muitos escravos, é preciso ampliar a idéia de família escrava, para família negra, de uma maneira geral. Assim, conseguiremos analisar de forma satisfatória os mais importantes setores da sociedade.

A cidade da Parahyba no Século XIX

A cidade da Parahyba não apresentava grandes índices demográficos nem sua economia apresentava números positivos como algumas de suas vizinhas, Recife, por exemplo. Segundo Henrique Beaurepaire Rohan (1911) em toda província, no censo de 1850, havia 206.952 pessoas, dentre elas 28.473 escravas. No caso da capital, havia um total de 21.695, entre eles 18.183 livres e 3.512 escravos (ROHAN, 1911, p. 309).

Ainda de acordo com Rohan, a cidade era dividida em duas: alta e baixa. Quatro freguesias a compunha, dentre as quais a freguesia de Nossa Senhora das Neves, ao qual dedicamos nossa pesquisa. A atividade econômica circula em torno da produção da cana de açúcar, pesca, pequenas criações etc. A província, em geral, durante todo o século XIX passou por uma grande instabilidade econômica, tendo períodos de altas e baixas (ROHAN, 1911).

Isso talvez explique o baixo número relativo de cativos na população da Paraíba. Segundo Maria do Céu Medeiros e Ariane Norma de Menezes Sá, a Paraíba nunca contou com altos números de cativos. O fato de Recife ter sido um grande núcleo econômico, manteve a Paraíba descapitalizada, com poucas condições de adquirir escravos. Além do mais, ela não se encontrava na principal rota do tráfico de escravos, sendo, em grande medida, abastecida com a mão-de-obra vinda de Pernambuco (MEDEIROS; SÁ, 1999).

Diante disso, como afirma Solange Rocha

No final do século XIX, a cidade da Parahyba continuava a ser uma capital com poucas dimensões geográficas e parca população. Um de seus bairros mais populosos, o Tambiá, tinha cerca de mil habitantes. Sua configuração geográfica era formada por um misto de casas, sítios, ruas comerciais e, na parte final, de templos e conventos cristãos, como a igreja de ‘Nossa Senhora Mãe dos Homens’, em que no século XVIII estabeleceu-se uma irmandade de pardos cativos que depois passou a ser de ‘pardos livres e libertos’ (ROCHA, 2009).

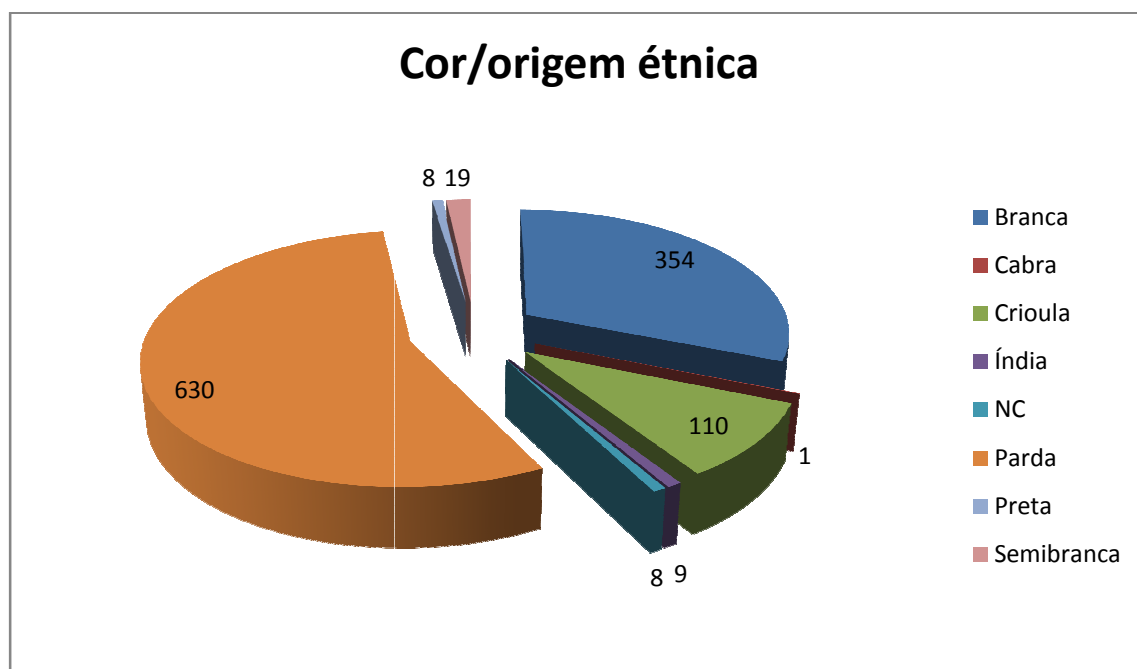
É diante deste cenário que as relações sociais na cidade da Parahyba do Norte vão se desenvolver. É sob este espaço geográfico é que pretos, pardos, cabras, crioulos e brancos se relacionaram e estabeleceram redes sociais por meio do compadrio. Redes estas que tentaremos identificar.

A população da Parahyba entre 1855 e 1857

Baseados nos registros de batismo que pesquisamos entre os anos de 1855 e 1857 é possível identificar algumas das principais características da população da Parahyba do século XIX no que diz respeito às relações de família e compadrio. Do total de 1.139 assentos de batismo que contabilizamos, 577 eram de mulheres e 562 eram de homens, apontando para um relativo equilíbrio entre os sexos.

A origem étnica da população da Parahyba no recorte temporal estabelecido se configura da seguinte forma:

Gráfico 1 : Cor/ origem étnica da população da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1855-1857.



Fonte: Livros de Batismo do Arquivo Eclesiástico da Parahyba (1855-1857).

Podemos perceber diante do gráfico 1, uma predominância da população parda, seguida pelas branca e crioula. Compreendendo a população negra, em geral, como pardas, preta, cabra e crioula⁵, faz com que a cidade da Parahyba seja vista como predominantemente negra. Cabe destacar as 19 identificadas como “semibrancas” que ainda são grandes incógnitas e não sabemos definir ao certo o que este termo significa.

No que tange à condição jurídica dessas pessoas, identificamos a uma maioria que não possui sua condição identificada, seguida por uma quantidade de escravos bem inferior ao número total de nascidos.

- 934 que **não possuíam nenhuma identificação sobre sua condição jurídica**, dentre os/as quais tinha como cor: 348 eram branca, 536 parda, 56 crioula, 17 semibranca, 9 índia e 7 não constam a cor. Ou seja, de acordo com a quantidade de pessoas brancas que compunham esse grupo, deixa-nos interpretar que o fato

⁵ Todos esses grupos, apesar de serem denominados diferentemente, serão considerados como a população negra pelo fato de que a possibilidade de serem considerados/as escravos/as pela cor de suas peles coloca-as em um mesmo grupo.

de não constar nada sobre a condição jurídica implica dizer que essas pessoas eram livres;

- 126 **escravos**, dentre os quais 1 de origem cabra, 51 crioula, 65 parda, 8 preta e 1 semibranca;
- A população de **expostos/as** era de 25 pessoas (17 pardas, 6 brancas, 1 semibranca e 1 que não tinha nada sobre sua cor);
- Os **libertos** somam 12 (10 pardos/as e 2 crioulos/as);
- 3 foram identificados/as como livres (2 pardos/as e 1 crioulo/a), número este que pode ser somado ao primeiro grupo.

Ora, fica nítido dois pontos após a apresentação dos dados acima: 1- a população da Parahyba oitocentista era majoritariamente negra e 2- com a condição jurídica de livre, tendo poucos escravos.

Selecionando as duas maiores populações (negra – composta pelos/as pardos/as, crioulos/as, pretos/as e cabras, como dito anteriormente – e branca), o tipo de filiação e a estrutura familiar que dele podemos identificar é esta:

Tabela 1: Tipo de filiação de brancos e negros (pardos, crioulos, pretos, cabras e mulatos) na freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1855-1857

Tipos de Filiação	Branco	Negros
Naturais	68 (19,20%)	289 (38,68%)
Legítimos	278 (78,53%)	401 (53,68%)
NC	2 (0,56%)	40 (5,35%)
Expostos	6 (1,69%)	17 (2,27%)
Total	354 (100%)	747⁶ (100%)

Fonte: Livros de Batismo, de Nossa Senhora das Neves, 1846-1850, AEPB.

⁶ O total da população negra é de 749. Todavia, dois assentos tiveram sua leitura prejudicada quanto ao tipo de filiação, estando um em branco e outro ilegível. Ambos os assentos eram de crianças pardas.

Tendo em vista a composição da estrutura familiar registrada, não há uma diferença substancial entre os dois grupos. Ambos apresentam – em números relativos – uma maioria legítima, ou seja, com um relacionamento reconhecido pela igreja católica e vista como nuclear.

A população negra, por sua vez, apresenta mais crianças naturais. Isso implica dizer que mais pessoas negras – em relação às brancas – formariam famílias monoparentais ou simplesmente tinham filhos/as mesmo não tendo seus relacionamentos reconhecidos pela igreja.

Isso pode ser explicado partindo da hipótese já exposta anteriormente das dificuldades encontradas por algumas pessoas por legitimarem seus relacionamentos, já que uma dessas limitações para tal sofria influência direta de questões econômicas – envolvendo custos para o ritual do casamento, por exemplo – e a população negra estava em uma posição um pouco mais abaixo do *status* social, o que a colocaria em uma condição de mais difícil acesso à legitimação.

Os registros de batismo nos dão condições de perceber, além de algumas características das relações familiares consangüíneas como apresentamos, as relações sociais, as redes de solidariedade que se teciam, por meio do compadrio e a formação de uma parentesco simbólico ou espiritual.

Infelizmente, nos assentos pesquisados, não são fornecidas muitas informações sobre os padrinhos e madrinha que participam do ritual do batismo. Todavia, das poucas informações contidas, podemos retirar importantes considerações. Das 354 pessoas brancas batizadas entre os anos de 1855 e 1857, apenas 95 padrinhos tiveram alguns dados registrados, dentre os quais todos possuem um posicionamento importante na sociedade como médico, bacharel, membros do aparato militar, religiosos, inclusive, políticos importantes como João Maurício Vanderlei, senador, que batizou José filho legítimo de (ilegível) José da Cruz e (ilegível) da Cruz.

Presidentes de outras províncias também comparecem a tais rituais, apontando para os relacionamentos estabelecidos entre as elites. Francisco Xavier Paes Barreto aparece duas vezes no livro de batismo. Em 04 de novembro de 1855, quando, ainda presidente da província do Ceará, batizou Filomena, filha legítima de Francisco José Gomes Pereira e D. Augusta Amália Pereira. Poucos dias antes, em 01 de novembro de 1855 ele também tinha sido padrinho de Julita filha legítima do desembargador Basílio Quaresma Torreão e sua mulher D. Josefa Efígenia de Araújo Torreão.

Outras figuras importantes da cidade como o Cirurgião João Innocencia Poggi aparece repetidas vezes como padrinho, assim como o tenente coronel João Cavalcante de Albuquerque Vasconcellos, mostrando a influências que essas pessoas assumiam entre as elites da cidade.

Infelizmente, sobre as madrinhas as informações são ainda mais pobres. Nenhuma delas repetiu-se com frequência, muitas vezes, elas apenas acompanhavam seus maridos na cerimônia, o que deixa margem para perceber o papel mais importante que o homem assumia em relação a mulher. A única exceção a isso é a figura de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, que repetidas vezes, surge como madrinha dos batizados.

O compadrio entre a população negra também apresenta pessoas importantes socialmente, principalmente, muitos padres e militares. Apenas 91 padrinhos tiveram informações computadas, dentre os quais 52 tinham patentes militares e 21 era religiosos.

Algo interessante a ser trabalhado é o fato de não apenas a população livre ou liberta ter redes sociais com esses padrinhos de alto *status* social, mas a própria população escrava também conseguia trazer essas pessoas para perto delas. Das 7 crianças escravas que foram apadrinhadas por “pessoas importantes”, 6 tiveram padres como padrinho.

O padre Eduardo Marcos de Araújo aparece duas vezes: com Deolinda, parda, filha natural de margarida, escrava de Joaquim da Silva Guimarães Ferreira e; José, pardo, filho natural de Joanna, parda, escrava de Capitão Manoel Francisco de Oliveira e Mello. A mesma parda Joanna, mãe de José, batizou posteriormente outro filho chamado João, também pardo e filho natural, que teve como padrinho outro padre, Augusto Cirylo de Oliveira e Mello. Joanna, provavelmente, conseguia ter boas relações dentro da igreja, conseguindo estabelecer essas redes sociais.

Um tenente, Francisco Antonio Gomes de Medeiros, também batizou uma criança escrava, Manoel, pardo, filho natural de Ritta, escrava do, também militar, Major Antonio de Deos Costa. Com isso, conseguimos perceber como a população negra escravizada procurava encontrar relações mais próximas do alto, permitindo, assim, uma melhor possibilidade de inserção social.

Podemos perceber também escravos/as sendo padrinhos de outros/as escravos/as. 25 vezes isso se repete, quando, por exemplo, Maria que é uma parda, escrava, e filha legítima de Jeronymo Lisboa e sua esposa Josefa Maria da Conceição, afilhada de Antonio, escravo de Francisco Antonio Fernandes.

Entre população negra, a presença de madrinha é maior. Algumas delas surgem várias vezes como Anna Maria da Conceição e Aquillina Accioles de Albuquerque Britto, estando esta acompanhando seu marido, Vicente do Rego Toscano de Brito, na maioria das vezes. A imagem de Nossa Senhora, em suas mais variadas figuras, é muito constante, chegando a se repetir 177 vezes.

Considerações finais

Tentamos apresentar no decorrer do texto, algumas das principais discussões acerca das formas de se estudar a família, indo muito mais além da idéia patriarcal/nuclear, de uma perspectiva ocidental. Assim, outras formas de famílias podem ser compreendidas e analisadas, ampliando as possibilidades de estudo. Nesse sentido, a população negra surge como importante agente social, capaz de estabelecer vínculos sociais por meio da família “extensa” ou “estendida”, tendo na prática de compadrio uma maneira de construir redes de solidariedade.

No caso da cidade da Parahyba do século XIX, podemos identificar várias características no que diz respeito à formação familiar. Por ser uma cidade relativamente pequena e com poucos escravos, os estudos sobre família na Parahyba devem ser ampliados, percebendo não só a família escrava como a família negra em geral.

Nesse sentido, um dos pontos a ser destacado é a superioridade numérica da população negra em relação a outros grupos. Este fator é importante para compreender a necessidade de estudos sobre a família entre esta população. Os negros/as na Parahyba não estabeleceram vínculos familiares muito distintos dos brancos/as. Há uma pequena diferença no número de famílias naturais, não reconhecidas pela igreja católica, o que pode ser explicado pelas limitações impostas a essas pessoas e não implica necessariamente dizer que elas não possuíam família. Possuíam-na, mas estruturada de outra maneira como a monoparental ou até mesmo poderiam constituir o modelo nuclear, mas não era reconhecido.

As relações de compadrio, por sua vez, conseguiram apontar para laços verticais da população negra que buscava, por meio de padrinhos que ocupavam um *status* importante na sociedade, “brechas” para se inserirem mais efetivamente no âmbito social. Outra característica interessante diz respeito aos laços horizontais estabelecidos por escravos que se apadrinhavam, mostrando a rede de solidariedade construída por esse grupo.

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 2 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

FARIA, Sheila. História da família e demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Negros no mundo dos brancos**. 2 ed. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão & Invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. SP: Brasiliense, p. 33-59, 1988.

MOTTA, José Flávio. Família Escrava: uma incursão pela historiografia. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.9, n. 16, p. 104-159, jun.1988

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de estudos baianos, 2001.

RIOS, Ana Lugão. **Família e transição:** Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872–1920. (dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista:** População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert. Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira da História.** São Paulo, vol.8, n. 16. mar/ago, 1988 p. 189-203.

_____; FARIA, Sheila. Família escrava e trabalho. **Revista Tempo.** Vol. 3. N. 6, 1998. p. 1-7.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teórica. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** 2000.